



EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº 28/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019

1. PREÂMBULO:

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, CRO-MS, na forma que dispõe a Lei nº 10.520/02, regulamentado pelo Decreto nº 5.450/05, Lei Complementar nº 123/06, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, bem como na Lei 9.656/1998 e Normas Regulamentares da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, comunica que no dia, horário e local a seguir relacionados fará realizar LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2019, tipificada como MENOR PREÇO, visando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, URGÊNCIAS, AMBULATORIAL, LABORATORIAL (EXAMES) E HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA, FISIOTERÁPICA, PSICOLÓGICA E FARMACÊUTICA NA INTERNAÇÃO, ACOMODAÇÃO EM ENFERMARIA, SEM COPARTICIPAÇÃO, ATRAVÉS DE PLANO OU SEGURO DE SAÚDE COM ABRANGÊNCIA NACIONAL COM ATENDIMENTO ELETIVO FORA DO DOMICÍLIO, AOS EMPREGADOS DO CRO-MS, ATIVOS, QUE PODERÃO ADERIR OU NÃO, BEM COMO SEUS RESPECTIVOS DEPENDENTES, QUE PODERÃO ADERIR OU NÃO, NO ÂMBITO E CONDIÇÕES DE COBERTURA ESTABELECIDAS**, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

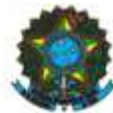
Início da sessão pública de disputa: 06/11/2019 – 14:30 horas (Horário de Brasília/DF).

Endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

Código UASG: **926825**.

Critério de julgamento: **MENOR VALOR TOTAL DO ITEM.**

OBS: O CRO-MS não receberá e não responderá qualquer solicitação verbal.



2. OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, URGÊNCIAS, AMBULATORIAL, LABORATORIAL (EXAMES) E HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA, FISIOTERÁPICA, PSICOLÓGICA E FARMACÊUTICA NA INTERNAÇÃO, ACOMODAÇÃO EM ENFERMARIA, SEM COPARTICIPAÇÃO, ATRAVÉS DE PLANO OU SEGURO DE SAÚDE COM ABRANGÊNCIA NACIONAL COM ATENDIMENTO ELETIVO FORA DO DOMICILIO, AOS EMPREGADOS DO CRO-MS, ATIVOS , QUE PODERÃO ADERIR OU NÃO, BEM COMO SEUS RESPECTIVOS DEPENDENTES, QUE PODERÃO ADERIR OU NÃO, NO ÂMBITO E CONDIÇÕES DE COBERTURA ESTABELECIDAS**, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no Sistema Eletrônico e as contidas no Termo de Referência, prevalecerão as do Termo de Referência.

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar deste Pregão empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010 e que:

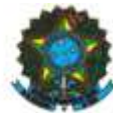
3.1.1. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico que:

3.1.1.1. Estão enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;

3.1.1.2. Que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital;

3.1.1.3. . Que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório;

3.1.1.4. Que elaboraram a proposta de forma independente, nos termos da Instrução Normativa IN SLTI/MPOG nº 02, de 16 de setembro de 2009;



3.1.1.5. Que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

3.1.2. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata este subitem seja firmada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no item 12.7 deste edital;

3.1.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a Licitante às sanções previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/02 e no art. 28 do Decreto n. 5.450/05, ressalvado o disposto no subitem 3.1.2;

3.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da Licitante, não sendo o CRO-MS, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome da Licitante no Sistema Eletrônico. A Licitante deverá dispor, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e operação do Sistema Eletrônico.

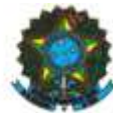
3.2.1. O CRO-MS não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

3.3. Fica vedada a participação na presente licitação:

3.3.1. De empresa que possua sócio(s) e/ou diretor(es) que mantenha(m) parentesco em linha reta ou até o terceiro grau em linha colateral, com servidor(es), Presidente, Vice-Presidente(s), Diretor(es) e Conselheiro(s) do CRO-MS (Anexo III do Edital);

3.3.2. De empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o CRO-MS, durante o prazo da sanção aplicada (inciso III do art. 87 da Lei n.º 8.666/93);

3.3.3. De empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação (inciso IV do art. 87 da Lei n.º 8666/93);



3.3.4. De empresa impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada (art. 7º da Lei n. 10.520/02);

3.3.5. De sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.3.6. De empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.3.7. De empresa concordatária ou que se encontre em processo de dissolução ou liquidação, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata ou sob concurso de credores;

3.3.8. De sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

4. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

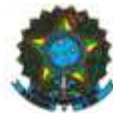
4.1. Decairá do direito de impugnação dos termos do Edital deste Pregão aquele que não se manifestar em até 02(dois) dias úteis antes da data prevista para a abertura da sessão pública, até as 09:00 horas (horário de Brasília), apresentando seus motivos para o pedido de impugnação.

4.1.2. Os pedidos de impugnação devem ser encaminhados pelo endereço de correio eletrônico licitacao@croms.org.br, desde que em arquivo(s) anexo(s) à mensagem e devidamente assinados pelo representante legal do interessado;

4.1.3. A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem 4.1, receberá tratamento de mera informação.

4.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico indicado no item.

4.3. A Pregoeira e a equipe de apoio receberão, examinarão e decidirão as impugnações e consultas ao Edital, apoiados pelo setor responsável pela sua elaboração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



4.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas para os interessados no Sistema Eletrônico e na página do CRO-MS, através do endereço eletrônico www.croms.org.br.

4.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.6. Os autos deste Processo permanecerão franqueados aos interessados, junto à sede do Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso do Sul, sito a Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 1812, Jardim Veraneio, CEP 79037-100, Campo Grande/MS.

5. CREDENCIAMENTO:

5.1. Para participar da presente licitação, a Licitante interessada deverá proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

5.2. A Chave de identificação deverá ser obtida junto ao provedor do Sistema Eletrônico Comprasnet – Sicaf, por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br, junto ao Ministério da Economia.

5.3. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

5.3.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do Sistema Eletrônico, para imediato bloqueio de acesso.

5.4. O credenciamento da Licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis, obrigatórios para fins de habilitação, consoante a documentação exigida neste Edital.

5.5. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da Licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao CRO-MS responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5.1. A Licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

5.6. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal da Licitante e/ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.7. É responsabilidade da Licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6. DA PROPOSTA:

6.1. A partir da publicação deste Edital no Sistema Eletrônico, as Licitantes deverão encaminhar proposta exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, através do site na internet www.compragovernamentais.gov.br, até a data e horário marcados para abertura da Sessão Eletrônica, informadas no preâmbulo deste Edital, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

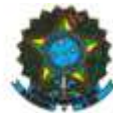
6.1.1. As Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada até a abertura da Sessão Eletrônica.

6.1.2. Qualquer elemento que possa identificar a Licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

6.1.3. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo a Licitante, caso vencedora, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

6.1.4. As propostas ficarão disponíveis no Sistema Eletrônico.

6.2. Deverá constar da proposta o valor total do item, com duas casas decimais, em havendo mais de duas casas decimais estas serão desconsideradas.



6.2.1. Não será admitida no campo “descrição detalhada do objeto ofertado” a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

6.3. A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura deste Pregão.

6.4. A proposta formulada por cooperativa deverá contemplar, para fins de aferição do menor preço, o acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre o valor a ser efetivamente faturado, referente à contribuição destinada à seguridade social, prevista no art. 22, inciso IV, da Lei n.º 8.212/1991. Para fins de contratação, o preço a ser pago à vencedora, se cooperativa, será aferido mediante a aplicação da seguinte fórmula: $V \times 1,15 = Pf$, onde, V é o valor a ser pago e Pf o valor do último lance ofertado.

6.5. No valor da proposta deverão incluídos todos os tributos, taxas, fretes, custos e despesas, diretos ou indiretos, e demais encargos.

6.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa sujeitará a Licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

6.7. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances inseridos durante a Sessão Pública, assim como as declarações eventualmente firmadas, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao CRO-MS responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.8. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pela Pregoeira.

6.9. Nos valores propostos, havendo discrepância entre o preço unitário e o total e entre os por extenso e em algarismos, serão considerados o mais vantajoso para o órgão.

6.10. A apresentação da Proposta por parte da Licitante implica pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente e ao Edital e seus Anexos.

6.11. No caso de omissões puramente formais em Propostas, inclusive quanto ao seu prazo de validade, serão considerados aqueles previstos no Edital.

6.12. As Licitantes poderão prestar esclarecimentos e/ou informações complementares, desde que isso não importe modificação das condições propostas.

6.13. Em caso de divergência entre as informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

6.14. A não observância dos requisitos mínimos exigidos no presente Edital importará na desclassificação automática da Licitante.

6.15. A Licitante será responsável por todas as informações prestadas na sua Proposta, sujeitando-se às penalidades legais caso essas informações venham a induzir a Pregoeira e sua Equipe de Apoio a erro de julgamento.

7. SESSÃO ELETRÔNICA:

7.1. No dia e horário indicados no preâmbulo deste Edital, considerado o horário oficial de Brasília/DF, conforme o Sistema, a Pregoeira abrirá a Sessão Pública online, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no site www.compragovernamentais.gov.br.

7.2. As Licitantes deverão participar da Sessão Pública no Sistema Eletrônico, mediante utilização de sua chave de acesso e senha.

7.3. Durante a Sessão Pública, a comunicação entre a Pregoeira e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do Sistema Eletrônico, e conforme as regras deste.

7.4. Caberá à Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou pela Pregoeira ou de sua desconexão.

8. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:



8.1. Após a abertura da Sessão, a Pregoeira verificará a consonância das propostas com as especificações e condições detalhadas neste Edital e seus Anexos.

8.2. A proposta que não atender às especificações do Edital ou contiver qualquer tipo de identificação do seu proponente será previamente desclassificada, não havendo possibilidade de oferecimento de lances.

8.2.1. Será, também, motivo de desclassificação a apresentação, por uma mesma Licitante, de mais de uma proposta para um mesmo item.

8.3. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.4. Serão classificadas as propostas que estiverem de acordo com as especificações contidas neste Edital. Somente as Licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8.5. A Licitante que tiver sua proposta excluída estará definitivamente fora das fases seguintes do Pregão.

9. ETAPAS DE LANCES:

9.1. O sistema eletrônico ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira e que participarão da fase de lances.

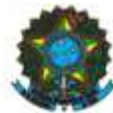
9.2. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor de cada lance.

9.2.1. Os lances deverão ser ofertados pelo VALOR TOTAL DO ITEM.

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

9.3.1. Os lances enviados pela mesma licitante com intervalo inferior a 20 (vinte) segundos serão descartados automaticamente pelo sistema, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3/2011.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.



9.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.6. No transcurso da sessão eletrônica, as licitantes serão informadas pelo sistema, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

9.7. Durante a fase de lances, a Pregoeira poderá excluir lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.9. No caso de desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa de lances do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando a Pregoeira, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos lances e atos realizados.

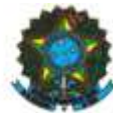
9.9.1. Quando a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão eletrônica do pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

9.10. O encerramento da etapa de lances será decidido pela Pregoeira, que informará o prazo para início do tempo de iminência.

9.11. Decorrido o prazo fixado pela Pregoeira, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção e a fase de lances.

10. NEGOCIAÇÃO:

10.1. Após o encerramento da etapa de lances a Pregoeira poderá negociar, pelo Sistema Eletrônico, via chat, com a Licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida redução de preço e melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.



10.2. . A negociação poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

11. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

11.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da melhor proposta ofertada quanto à compatibilidade com os valores máximos dos itens e com as especificações técnicas do objeto e demais exigências do Edital.

11.1.1. Os preços deverão ter como referência os valores máximos admitidos para esta contratação, conforme item 17.6 deste Edital.

11.2. Deverá constar na proposta, declaração de que nos preços estão inclusos todos os custos com salários, leis sociais, despesas trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição, despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pedidos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

11.2.1. Na proposta deverão ser apresentadas, ainda, quaisquer outras informações afins, que o proponente julgar necessárias ou convenientes.

11.3. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta Licitação, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

11.4. Não será permitida a alteração da proposta após sua apresentação.

11.4.1. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e aceito pela Pregoeira.

11.4.2. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

11.4.3. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a

necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que este seja suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

11.5. Os anexos, documentos ou declarações terão por objetivo a comprovação de requisitos estabelecidos no Edital.

11.6. Na hipótese de a proposta ou o lance de menor valor não serem aceitos ou se a Licitante detentora da melhor proposta desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira a recusará justificadamente e examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta ou lance que atenda este Edital.

11.7. No julgamento das propostas será considerado o atendimento das exigências estipuladas neste Edital e seus Anexos, o menor preço, o valor de mercado e a exequibilidade dos valores ofertados.

11.8. A Licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta Seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

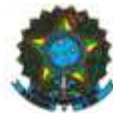
11.9. Não serão aceitas propostas com valores unitários, totais e/ou globais superiores aos máximos admitidos ou com preços manifestamente inexequíveis.

11.10. Considera-se preço manifestamente inexequível aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação ou que não venha a ter demonstrada a sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.

11.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua inexequibilidade.

11.12. Será desclassificada a proposta da Licitante que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pela Pregoeira.

11.13. Após a aceitação do lance e da proposta de menor preço, a Pregoeira verificará a habilitação da Licitante nos termos deste Edital.



12. HABILITAÇÃO:

12.1. A Pregoeira consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - Sicaf, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto nos Arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2010.

12.2. A Pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções SICAF, LISTA DE INIDONEDÔNIOS DO TCU, CNJ E CEIS, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar de certame.

12.2.1. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, a licitante será convocada a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da Lei nº 123/2006.

12.3. As licitantes que não estiverem cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – Sicaf - além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista:

12.3.1. Habilitação Jurídica:

12.3.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

12.3.1.2. Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

12.3.1.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

12.3.1.4. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

12.3.1.5. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

12.3.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

12.3.1.7. Toda documentação apresentada pelos interessados, para fins de habilitação, deverá pertencer à empresa, matriz ou filial, que efetivamente fornecerá o objeto desta licitação, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ, deverá ser o mesmo em todos os documentos, com as seguintes exceções: se a licitante apresentar-se como filial, poderá ser apresentada com o CNPJ da empresa matriz, CND relativa ao INSS e FGTS, desde que a interessada prove o recolhimento do INSS e do FGTS centralizados, onde é feito o recolhimento da matriz.

12.3.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

12.3.2.1. Fazenda Federal (DAU) - Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, abrangendo contribuições previdenciárias;

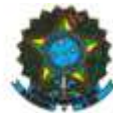
12.3.2.2. Fazenda Estadual;

12.3.2.3. Fazenda Municipal – Certidão relativa ao ISSQN;

12.3.2.4. FGTS – Certificado de Regularidade do FGTS;

12.3.2.5. Em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, é solicitada a emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, documento indispensável à participação em licitações públicas, a partir de 4 de janeiro de 2012, podendo ser obtida por meio do website <http://www.tst.gov.br/certidao>;

12.3.2.6. . A microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, deverá apresentar toda a



documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.3.3. Qualificação Econômico-financeira:

12.3.3.1. Em relação a todos os itens, as licitantes que não estiverem cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – Sicaf no nível da Qualificação Econômico Financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

12.3.3.1.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

12.3.3.1.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.3.3.1.3. A boa situação econômico-financeiro será comprovada mediante apresentação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor de sua proposta, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, de acordo com o disposto no art. 31, § 3º da Lei nº. 8.666/93 (Acórdão TCU nº 1.844/2005 – Plenário).

12.4. Documentação para todas as licitantes (cadastradas ou não no Sicaf):

12.4.1. Comprovante de registro junto ao Conselho Regional de Medicina do respectivo Estado.

12.4.2. Comprovante de registro na Agência Nacional de Saúde – ANS.

12.4.3. Comprovação, através de um ou mais atestados de capacitação técnica, expedidos por pessoas de direito público ou privado, demonstrando que a Licitante tenha prestado serviços compatíveis com os licitados;



12.4.4. Declaração de negativa de parentesco, conforme modelo do Anexo III do Edital;

12.4.5. Enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, autenticada pela Junta Comercial, Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

12.5. Os documentos exigidos para habilitação e a proposta assinada pelo representante legal, deverão ser apresentados pelas licitantes via e-mail licitacao@croms.org.br no prazo de até 02 (duas) horas, após solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico.

12.5.1. A Pregoeira convocará a licitante vencedora a encaminhar a proposta por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema Compras Governamentais.

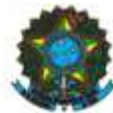
12.5.2. Posteriormente, devem ser remetidos a proposta e os documentos em originais, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor do CONTRATANTE desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

12.5.2.1. A proposta e os documentos originais ou cópias autenticadas devem ser encaminhados para – Setor de Compras do CRO-MS, sito à Rua Desembargador Leão Neto do Carmo 1812 – Jardim Veraneio – CEP 79037-100 – Campo Grande/MS, no prazo estabelecido no item 12.5.2;

12.5.3. Serão inabilitadas as licitantes que não observarem os prazos previstos no item 12.5.

12.6. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período mediante solicitação.

12.7. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem 12.6 acarretará na inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra licitante com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.



12.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.9. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.10. A Pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções Sicaf e no Portal da Transparência, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.

12.11. A PREGOEIRA PODERÁ SOLICITAR QUALQUER DOCUMENTO REFERENTE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO INDEPENDENTEMENTE DE CADASTRAMENTO DO LICITANTE DO SICAF.

12.12. NÃO SERÁ PERMITIDA A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER DOCUMENTO SOLICITADO NESTE EDITAL, EXCETO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL;

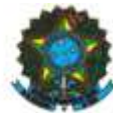
12.13. AS CERTIDÕES QUE NÃO POSSUÍREM PRAZO DE VALIDADE EXPRESSO EM SEU CORPO DEVERÃO OBRIGATORIAMENTE TER A DATA DE EMISSÃO NÃO SUPERIOR A 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.

13. RECURSO:

13.1. Declarada à vencedora, será concedido prazo prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s), em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.



13.4. A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.5. Uma vez admitido o recurso, a recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.6. Os recursos e contrarrazões deverão ser encaminhados via e-mail licitacao@croms.org.br.

13.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Compras CRO-MS no endereço constante no item 12.5.2.1.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada, automaticamente pelo Sistema, Ata circunstanciada, com o registro das Licitantes participantes, das propostas apresentadas, da ordem de classificação, da análise dos documentos de habilitação e dos recursos interpostos, além de outros registros pertinentes.

14.2. O objeto deste Pregão será adjudicado pela Pregoeira, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

14.3. A eficácia constitutiva da adjudicação decorrerá do ato de homologação desta Licitação.

14.3.1. A homologação deste Pregão compete ao Presidente do CRO-MS.

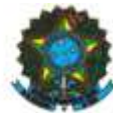
15. OBRIGAÇÕES DO CRO-MS:

15.1. Constituem obrigações do CRO-MS:

15.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto licitado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.1.4. Proceder a advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos do Edital;



15.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado, nos termos do art. 67, da Lei n. 8.666/93;

15.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

15.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

15.1.8. Recusar os serviços que forem apresentados em desacordo com as especificações;

15.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados ou subordinados.

15.1.10. Fornecer à **LICITANTE** todas as informações e esclarecimentos necessários à plena execução dos serviços objeto desta pretensa contratação.

16. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE:

16.1. Cumprir todas as obrigações constantes no presente Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

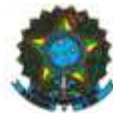
16.2. Providenciar no prazo de 5 dias úteis da solicitação a correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE referente à forma de fornecimento do objeto licitado e ao cumprimento das demais obrigações assumidas.

16.3. Comunicar por escrito e imediatamente, ao fiscal do contrato, qualquer motivo que impossibilite o fornecimento dos serviços, nas condições pactuadas

16.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)

16.5. Respeitar os prazos acordados com o CRO-MS.

16.6. Manter-se, durante toda a vigência do Contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



16.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, estando as supressões acima desse percentual condicionadas à acordo entre as partes, conforme inciso II do parágrafo 2º do mesmo diploma legal.

16.8. No valor dos serviços deverão estar inclusos todos os encargos e custos, diretos e indiretos, que incidam sobre o mesmo.

16.9. Responsabilizar-se pelas despesas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e obrigações previstas na legislação social em vigor, resultantes da execução do Contrato.

16.10. Prestar os serviços com profissionais qualificados e habilitados pelos respectivos Conselhos de Fiscalização Profissional.

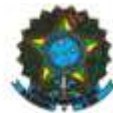
16.11. A **LICITANTE**, se obriga sob pena da lei, a respeitar e assegurar o sigilo relativo às informações obtidas durante o seu trabalho não as divulgando, sob qualquer circunstância, para terceiros sem autorização expressa do CRO-MS, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo. O referido sigilo continua mesmo depois de terminados os compromissos contratuais.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

17.1. O pagamento será efetuado mediante emissão de nota de empenho. As notas fiscais/faturas devem ser recebidas por este órgão com antecedência de 05 (cinco) dias para a data pretendida de pagamento.

17.2. Os pagamentos sofrerão a incidência da Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, que prevê retenções sobre os pagamentos para fins de recolhimento de Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP.

17.3. Os pagamentos sofrerão também incidência da Lei Complementar 59/2003, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, que prevê retenções sobre os pagamentos para fins de recolhimento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).



17.4. Caso a empresa seja optante pelo Simples, esta deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, declaração conforme modelo contido na Normativa nº 1234/2012, ANEXO IV deste Edital.

17.5. Todos os pagamentos referentes a este processo licitatório serão efetuados por meio da dotação orçamentária 6.2.2.1.1.01.04.01.002 – PLANO DE SAÚDE, com FONTE: PRÓPRIA.

17.6. O valor total anual estimado desta licitação, pelo período de 12 (doze) meses, é de **R\$ 86.791,68 (Oitenta e seis mil e setecentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos).**

18. DAS PENALIDADES:

18.1. Pela inexecução total ou parcial do pactuado no contrato, a CONTRATADA, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta as quais tenha concorrido a CONTRATADA;

b) multa moratória: caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo ajustado, ou em caso de atraso na execução de qualquer dos serviços objeto do contrato, e demais condições avençadas, ou ainda no caso de atraso de qualquer obrigação contratual ou legal, estando sujeita a multa de mora de 0,5% sobre o valor global da contratação por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias. Sendo que após o 10º (décimo) dia de atraso, os serviços poderão, a critério da CONTRATANTE, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do Contrato, com as consequências previstas em lei, neste documento e no ato convocatório;

c) multa compensatória: uma vez iniciada a execução dos serviços, a sua prestação de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, acarretará a aplicação de multa de 0,5% sobre o valor global da contratação por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada sua aplicação até o máximo 10 (dez) dias. Após o 10º (décimo) dia de irregularidade, o Contrato poderá, a critério da CONTRATANTE, ser rescindido, configurando-se a inexecução parcial do Contrato, com as consequências previstas em lei, neste documento e no ato convocatório.

d) suspensão temporária: do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos; e

e) declaração de inidoneidade: para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra anterior;

18.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" do caput poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b" ou "c", facultada a defesa prévia da CONTRATADA no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme § 2º do art. 87, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações legais.

18.3. A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes multas:

a) pela recusa injustificada em assinar o contrato e/ou retirar a Nota de Empenho, a não ser por motivo de força maior, reconhecido pela Administração, multa de 5% (cinco por cento), sobre o valor total da contratação, recolhida no prazo máximo de 08 (oito) dias corridos, contados da comunicação oficial;

b) pela rescisão deste Contrato por iniciativa da CONTRATADA, sem justa causa, 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração.

18.4. As sanções previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18.5. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada perante o Sistema por igual período, sem prejuízo das multas previstas no presente contrato e das demais cominações legais.

18.6. Nenhuma sanção será aplicada sem a observância do contraditório e da ampla defesa.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS:



19.1. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

19.2. É facultado à Pregoeira ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.3. A participação nesta licitação implica na aceitação de todos os termos deste Edital

19.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

19.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

19.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Pregoeira.

20. ANEXOS:

20.1. Integram o presente Edital, os seguintes anexos:

20.1.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

20.1.2. ANEXO II – DECLARAÇÃO DE NEGATIVA DE PARENTESCO;

20.1.3. ANEXO III – DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL;

20.1.4. ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;

20.1.5. ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO.

Campo Grande – MS, 23 de outubro de 2019.

José Wilson Capdeville Bastos, CD
Presidente do CRO-MS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

RUA DESEMBARGADOR LEÃO NETO DO CARMO, 1812 – B. JD VERANEIO – PQ. DOS PODERES
CEP 79037-100 – CAMPO GRANDE-MS TEL/FAX: (67) 3321-0149
Site: www.croms.org.br/ e-mail: croms@croms.org.br

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de assistência médica, urgências, ambulatorial, laboratorial (exames) e hospitalar com obstetrícia, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, através de PLANO OU SEGURO SAÚDE, de abrangência nacional com atendimento eletivo fora do domicílio a todos os empregados do CRO-MS, ativos e inativos, bem como seus respectivos dependentes, que poderão aderir ou não, no âmbito e condições de cobertura estabelecidas.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. A contratação visa proporcionar assistência médica aos empregados do CRO-MS bem como aos seus respectivos dependentes, mediante Plano ou Seguro de Saúde coletivo devidamente regulamentado. Objetiva proporcionar garantia de atendimento em caso de necessidade, proporcionando amparo, tranquilidade e segurança ao usuário do plano.

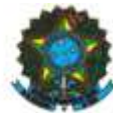
2.1. A finalidade precípua da contratação de um Plano ou Seguro de Saúde é reduzir ou minimizar os efeitos danosos das doenças sobre a continuidade e qualidade no desempenho funcional. Um Sistema Privado de Assistência à Saúde garante aos empregados mais facilidade ao acesso às terapias preventivas e de recuperação de várias enfermidades existentes na vida moderna, sejam as advindas da atividade funcional ou não decorrentes do próprio trabalho.

2.2. Esta Assistência à Saúde proporciona uma importante ferramenta de motivação e satisfação dos trabalhadores, que tem a função de incrementar e garantir um serviço de qualidade pelo CRO-MS, afinada com as novas tendências da Ciência da Administração: a valorização da pessoa humana nas Instituições, cuja qualidade de vida é uma de suas bases.

2.3. Por fim, encontram-se justificadas as ações da Administração Pública que, mesmo indiretamente, beneficiem o interesse da coletividade, que deseja uma prestação de serviços de qualidade e eficiente, com o melhor preço.

3. DA QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO OBJETO:

3.1. Integra as prestações dos serviços estabelecimentos comerciais e profissionais habilitados em conformidade com as regulamentações da Agência Nacional de Saúde



(ANS), a lei nº 9.656/98 e o código de defesa do consumidor. Bem como, disciplinado pelo contrato e pelos termos deste instrumento.

3.2. Trata-se de Plano Privado de Saúde, estabelecendo cobertura hospitalar, urgências, ambulatorial, laboratorial (exames) e hospitalar com obstetrícia, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, acomodação em enfermaria, sem coparticipação para os funcionários do Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso do Sul, tendo por base as coberturas constantes do rol de procedimentos estabelecidos pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, sendo: acomodação hospitalar em quarto coletivo (Enfermaria) de até 03 pessoas e um acompanhante para menores de 18 anos e maiores de 60 anos, com abrangência nos municípios de Campo Grande/MS, Corumbá/MS, Dourados/MS e Três Lagoas/MS; com cobertura de urgência e emergência em todo o Brasil, com direito a internação hospitalar do usuário.

3.3. Definições e informações para o dimensionamento do objeto:

a) TITULAR: é o empregado do CRO-MS.

I. Entende-se por empregados ativos os que estão caracterizados em situação normal. Também os que estão afastados em auxílio-doença, licença maternidade, por atestados médicos, licenças sem remuneração.

II. Entende-se por empregados inativos os que forem desligados e aposentados que assumam as despesas totais do convênio saúde.

b) DEPENDENTE: podem ser:

I. Cônjuge;

II. Companheiro (a), sendo necessária escritura pública de declaração de união estável, atestando a vida em comum por período igual ou superior a 02 (dois) anos ou declaração de dependência perante INSS.

III. Filhos menores de 21 (vinte e um) anos ou até completar 24 (vinte e quatro) anos quando universitário e mediante apresentação semestral do comprovante de matrícula, ou, ainda, menor carente que o declarante crie ou eduque e do qual detenha a guarda judicial;

IV. Será permitida a inclusão no plano de assistência médica de outros dependentes, desde que limitados ao grau de parentesco previsto no art. 5 °,1º, inciso VI da RN 195, e mediante comprovação através de declaração de imposto de renda, sendo seu custeio de responsabilidade integral do funcionário;

c) DADOS DEMOGRÁFICOS DOS BENEFICIÁRIOS: total atual de 15 (quinze) vidas, sem dependentes, conforme a seguinte distribuição:

Faixa Etária	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
0-18	Zero	R\$ 255,84	R\$ 0,00
19-23	Zero	R\$ 306,66	R\$ 0,00
24-28	05	R\$ 368,97	R\$ 1.844,85
29-33	01	R\$ 422,91	R\$ 422,91
34-38	04	R\$ 471,02	R\$ 1.884,08
39-43	04	R\$ 529,05	R\$ 2.116,20
44-48	Zero	R\$ 637,41	R\$ 0,00
49-53	Zero	R\$ 774,37	R\$ 0,00
54-58	01	R\$ 964,60	R\$ 964,60
59+	Zero	R\$ 1.534,07	R\$ 0,00
Total	15	Total	R\$ 7.232,64

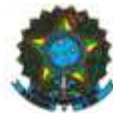
OBSERVAÇÃO: O número de beneficiários é estimado, podendo variar ao longo do contrato, visto que a adesão é facultativa, não havendo nenhuma obrigatoriedade de permanência no plano de saúde. Caberá ao CRO-MS a apresentação de documentos que comprovem o vínculo do empregado ativo e a relação de parentesco de seus dependentes.

d) O regime de contratação será o coletivo empresarial;

e) Não haverá coparticipação;

f) O CRO-MS assumirá integralmente os custos pelos titulares.

g) Os Titulares assumirão integralmente os custos pelos seus respectivos dependentes, por meio de dedução em folha;



3.4. O CRO-MS será responsável por todas as comunicações de inclusões e exclusões de beneficiários à Licitante Contratada.

- a) A Licitante Contratada deverá disponibilizar formulário eletrônico próprio para que o CRO-MS preencha e envie por meio eletrônico (e-mail, site, etc.) as informações de inclusão, alteração e/ou exclusão dos beneficiários;
- b) Os formulários encaminhados até o dia 20 de cada mês deverão ter as informações incluídas no plano até o primeiro dia útil do mês subsequente ao envio (prazo normal).
- c) O formulário deve prever a possibilidade de inclusão no plano de forma IMEDIATA, assim considerada a inclusão efetuada em até 24 horas subsequentes ao envio, a ser utilizada a critério do CRO-MS.
- d) No caso de exclusão de beneficiário, cabe à Licitante Contratada o bloqueio da utilização dos serviços, sendo de responsabilidade do CRO-MS somente o recolhimento do Cartão de Identificação dos beneficiários e a sua posterior devolução.

3.5. Quanto às carências, serão observados pela Licitante Contratada as seguintes definições e prazos:

- a) Não haverá carência aos titulares, bem como, de seus dependentes que solicitarem inclusão ao plano em até 30 dias após a assinatura do contrato;
- b) Não haverá carência aos novos titulares e seus dependentes, que tiverem sua inclusão ao plano solicitada em até 30 dias após a sua contratação ou posse no CRO-MS;
- c) Não haverá carência ao(à) filho(a) de titular que solicitar sua inclusão ao plano em até 30 dias após o parto, bem como em até 30 dias após a adoção;
- d) Não haverá carência para o cônjuge e dependentes desde que solicitados em até 30 dias após o casamento ou união;
- e) Não haverá carência aos novos titulares e seus dependentes nos casos de urgência e emergência.
- f) Os casos não incluídos nos subitens anteriores estarão sujeitos às seguintes carências, para os respectivos procedimentos:

I. 180 (cento e oitenta) dias para honorários médicos e custos hospitalares de internações não relacionadas às doenças e lesões pré-existentes; exames especiais de apoio diagnóstico e procedimentos terapêuticos ambulatoriais especiais;

II. 300 (trezentos) dias para honorários médicos e custos hospitalares de obstetrícia e neonatologia;

III. Doenças e lesões pré-existentes: 24 (vinte e quatro) meses para honorários médicos e custos hospitalares de internações. Na vigência desse período, ocorrendo atendimentos de urgência ou emergência do usuário nessa situação, terá direito ao atendimento pelo plano contratado durante as primeiras 24 horas ou até que fique caracterizada a necessidade de internação hospitalar. Caberá à contratada o ônus da prova e da demonstração do conhecimento prévio do beneficiário, conforme art. 11 da lei 9656/98.

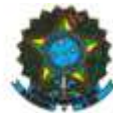
g) Além das hipóteses descritas nos subitens anteriores, não poderá existir qualquer outro tipo de carência, nem imposição de limitações quanto à idade. Também não poderá haver limites quantitativos ou qualitativos de internação hospitalar e/ou UTI.

3.5. A operadora contratada deverá assegurar aos beneficiários regularmente inscritos no Plano ou Seguro Saúde o rol de procedimentos e eventos em Saúde e a listagem mínima obrigatória de exames, consultas, cirurgias e demais procedimentos, observando-se os anexos I a IV da RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 387, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como, de cobertura assistencial mínima de procedimentos e despesas com as seguintes características:

a) Consultas médicas em número ilimitado, em todas as especialidades, diretamente nos consultórios dos médicos credenciados;

b) Consultas médicas de emergência (24 horas - 07 dias por semana), bem como cirurgias de pequeno porte, curativos, aplicação de injeções, inalações, repouso para observações clínicas e serviços afins nos hospitais e pronto-socorro credenciados, conforme legislação e normatização vigentes;

c) Consultas e sessões com nutricionista, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional, e ainda consultas e sessões de psicoterapia, todas obedecendo ao mínimo regulamentado pela ANS, exceto na hipótese de prescrição médica, devidamente justificada, situação está, em que a Licitante Contratada deverá prover a cobertura necessária.



d) Internamento hospitalar clínico e cirúrgico, bem como em centros e unidades de terapia intensiva e isolamento, sem limite de diárias; serviços de enfermagem, nutrição, fisioterapia, taxa de sala de cirurgia e/ou gesso, medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, diálise e hemodiálise, e demais equipamentos e materiais utilizados durante o internamento.

No que se referem às acomodações, a Licitante Contratada deve considerar:

I. Acompanhante: Pessoa destinada a auxiliar no atendimento das necessidades do paciente. Suas despesas compreendem o pernoite e café da manhã inclusos na diária (direito de acompanhantes para pacientes menores ou idosos, conforme normas ANS).

e) Honorários médicos de cirurgião, clínico, anestesistas, instrumentadores e especialistas;

f) Atendimento obstétrico, incluindo analgesia do parto, e cobertura assistencial ao recém-nascido, durante os trinta dias após o parto;

g) Transtornos psiquiátricos e dependência química, bem como a internação hospitalar por, no mínimo, 60 (sessenta) dias a cada doze meses;

h) Tratamento de doenças infectocontagiosas, incluindo síndrome de imunodeficiência adquirida, sem limitação de diárias;

i) Todo e qualquer exame complementar e/ou auxiliar solicitado pelo médico, incluindo, dentre outros, exame de análise clínica, anatomopatologia, cito patologia, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética, eco cardiografia, cineangiocoronariográfica, cateterismo, holter, laparoscopia e vide laparoscopia, mamografia, endoscopia e broncoscopia e medicina nuclear;

j) Remoção de pacientes, quando necessário, visando transferência de hospital. A transferência deverá ser efetuada por meio de ambulância ou UTI móvel, conforme a necessidade do paciente, a ser definida pelo médico responsável;

k) Medicamentos e sessões de quimioterapia e radioterapia, ambulatorial e hospitalar, sem limite do número de sessões;

l) Sessões de fisioterapia, conforme solicitação do médico, sem limite de quantidade;



m) Prótese e órtese relacionados ao ato cirúrgico, bem como a sua manutenção, restauração e substituição;

n) Transplante de rim e córnea, conforme legislação vigente.

3.6. Assegurar, também, outros procedimentos necessários ao tratamento de doenças reconhecidas ou que venham a ser reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina ou pela Associação Médica Brasileira – AMB e aqueles previstos pelo Ministério da Saúde, quando das atualizações do Rol de Procedimentos Médicos para cobertura assistencial pelas operadoras de planos de saúde.

3.7. Durante a prestação dos serviços não poderá haver bloqueio ou atraso na liberação de procedimentos previstos no contrato ou na legislação vigente, devendo a Licitante Contratada, na hipótese daquilo que for solicitado extrapolar a cobertura, encaminhar a justificativa formal e embasada, no prazo máximo de 12 horas para situações de urgência ou emergência e de 48 horas para demais situações, ambas contadas da solicitação do beneficiário.

3.8. Por ocasião da inclusão no plano, a Licitante Contratada deverá fornecer, no mínimo:

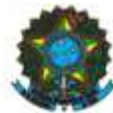
a) Cartão de identificação (magnético ou com microprocessador), contendo impresso a denominação do CRO-MS e o nome do respectivo beneficiário. Os cartões deverão ser enviados ao CRO-MS, Núcleo de Recursos Humanos, que por sua vez os encaminhará aos beneficiários.

b) Palestra ministrada por pessoal técnico especializado, a realizar-se em locais predeterminados pelo CRO-MS em até 30 dias após a assinatura do contrato, e a cada renovação, cujo conteúdo deve ser a orientação aos beneficiários quanto aos procedimentos de utilização do plano;

c) Manual de orientação para a correta utilização do plano e relação atualizada contendo a rede credenciada, ambos em meio magnético ou acessível por internet;

d) Acesso eletrônico ao relatório demonstrativo de todos os serviços que tenha utilizado, incluindo, separadamente, os seus dependentes;

3.9. Todas as coberturas que eventualmente sejam incluídas na lista de procedimentos da ANS, durante a vigência contratual, deverão ser automaticamente incorporadas a cobertura da Licitante Contratada.



3.10. A cobertura dos serviços deverá ser de abrangência nacional. Nas localidades onde não haja atendimento médico, hospitalar ou laboratorial credenciado, o usuário do plano/seguro terá direito a se utilizar de consultas e/ou procedimentos médicos e hospitalares necessários por qualquer profissional ou hospital local, sendo reembolsado posteriormente pela Licitante Contratada.

a) O reembolso das despesas será feito por intermédio da comprovação da despesa, assim considerado o documento fiscal ou o recibo contendo a descrição do serviço e os valores para reembolso terão como base a Tabela da Contratada informada no ato da contratação e o pagamento do reembolso será efetuado no prazo de até 30 dias contados da apresentação dos documentos.

b) O reembolso deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega da comprovação a Licitante Contratada, diretamente ao titular, por intermédio de depósito bancário.

3.11. Por ocasião da suspensão da prestação dos serviços, originada na rescisão ou término da vigência contratual, a Licitante Contratada estará obrigada a garantir o atendimento do usuário do plano que estiver em tratamento interno (internado) ou em outra condição que represente risco a paralisação do atendimento em andamento. Nas mesmas situações, cabe ainda a Licitante Contratada providenciar a transferência do plano a nova operadora, sem prejuízo ao CRO-MS ou ao beneficiário.

3.12. Mensalmente a Licitante Contratada deverá encaminhar ao CRO-MS, em meio eletrônico, este último compatível com o aplicativo Excel, os relatórios que demonstrem as seguintes informações:

a) Relatório de custos por categorias:

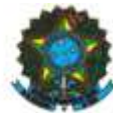
I. Consultas – quantidade e custo;

II. Exames simples – quantidade e custo;

III. Exames complexos – quantidade e custo;

IV. Terapias – quantidades e custo;

V. Internamentos (diárias, taxas, honorários) quantidades e custo.



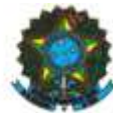
b) Relatório cadastral: cadastro por família em ordem alfabética, com data de nascimento, sexo, grau dependência, data de inclusão e plano.

OBS: e-mail para ser enviado os relatórios gerencia@croms.org.br.

3.13. São responsabilidades da CONTRATADA, além daquelas já expressamente definidas nas demais condições deste instrumento:

- a) Cumprir a legislação e as Normas Técnicas da ABNT inerentes à sua atividade;
- b) Após a convocação, firmar o contrato no prazo máximo estabelecido, sob a pena de aplicação das sanções previstas;
- c) Cumprir os prazos para a execução do objeto;
- d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CRO-MS, cujas reclamações se obriga a se manifestar e atender prontamente;
- e) Manter durante toda a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- f) Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas previamente estabelecidas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações vigentes;
- g) Comunicar a o CRO-MS, formalmente por meio de protocolo, qualquer anormalidade na correta fruição do objeto, prestando os esclarecimentos necessários;
- h) Indicar e manter o seu representante junto ao CRO-MS, que durante o período de vigência do contrato será a pessoa a quem a Administração ou fiscal do contrato recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução para as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;
- i) Zelar pelo sigilo inerente à execução do objeto e pela confidencialidade quanto aos dados e informações do CRO-MS a que eventualmente tenha acesso, empregando todos os meios necessários para tanto.

3.14. Quanto à execução do objeto, são responsabilidades do CRO-MS:



- a) Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a sua execução por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- b) Notificar a CONTRATADA, por escrito, a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições observadas no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- c) Prestar informações e esclarecimentos que vierem a ser formalmente solicitados;
- d) Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais previstas;
- e. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA após a execução do objeto, na forma e nos prazos estabelecidos.

4. DO VALOR ESTIMADO:

4.1. O valor estimado mensal máximo para a contratação dos serviços do Plano de Saúde será de **R\$ 7.232,64 (Sete mil e duzentos e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos).**

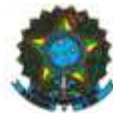
4.2. O valor total máximo estimado desta licitação, pelo período de 12 (doze) meses, é de **R\$ 86.791,68 (Oitenta e seis mil e setecentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos);**

4.3. O preço máximo por faixa etária não poderá ser superior aos da tabela do item 3.3, alínea c, DADOS DEMOGRÁFICOS DOS BENEFICIÁRIOS.

5. DA REDE CREDENCIADA:

5.1. A prestação dos serviços poderá ser realizada por intermédio de rede própria, cooperada ou credenciada. A comprovação da capacidade mínima de atendimento é obrigatória em todas as regiões indicadas neste Termo de Referência e deverá ser feita pela apresentação de relação ou manual atualizado com nomes, endereços e telefone de médicos, hospitais ou clínicas de pronto atendimento e laboratórios credenciados na proporcionalidade mínima de 70% das cidades inclusas na abrangência.

- a) Na sede da CONTRATANTE (Campo Grande - MS), a contratada deverá oferecer serviços, no mínimo em 03(três) hospitais, inclusive com unidade de terapia intensiva (UTI).



b) Maternidades: A Contratada deverá, obrigatoriamente, oferecer serviços em, no mínimo, 01 (uma) maternidade, credenciada ou própria, com unidade de terapia intensiva (UTI), na sede da CONTRATANTE (Campo Grande - MS).

c) Na sede da CONTRATANTE (Campo Grande - MS) a contratada deverá oferecer as seguintes clínicas especializadas:

I. Cardiologia: No mínimo, 02 (duas) clínicas, sendo 01 (uma) com atendimento de urgência e emergência 24 horas;

II. ORTOPEDIA – No mínimo, 02 (duas) clínicas, sendo 01 (uma) com atendimento de urgência e emergência 24 horas;

III. OTORRINOLARINGOLOGIA – No mínimo, 02 (duas) clínicas.

IV. OFTALMOLOGIA – No mínimo, 02 (duas) clínicas.

V. UROLOGIA – No mínimo, 01 (uma) clínica.

VI. ONCOLOGIA – No mínimo, 01 (uma) clínica.

VII. PEDIATRIA – No mínimo, 02 (duas) clínicas, sendo 01 (uma) com atendimento de urgência e emergência 24 horas;

VIII. NEFROLOGIA – No mínimo, 01 (uma) clínicas.

IX. FISIOTERAPIA – No mínimo, 04 (quatro) clínicas, sendo 01 (uma) respiratória e 03 (três) motoras;

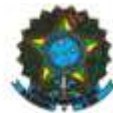
X. PSICOLOGIA – No mínimo, 04 (seis) clínicas.

d) Laboratórios:

I. Análises Clínicas – A contratada deverá, obrigatoriamente, oferecer serviços em, no mínimo, 04 (quatro) estabelecimentos em todas as capitais das unidades federativas.

II. Na sede da CONTRATANTE (Campo Grande - MS), a contratada deverá oferecer, no mínimo, 5 (cinco) laboratórios de análises clínicas, credenciados ou próprios.

III. Anatomia Patológica – A contratada deverá, obrigatoriamente, oferecer serviços em, no mínimo, 02 (dois) estabelecimentos em todas as capitais das unidades federativas.



IV. Na sede da CONTRATANTE (Campo Grande - MS), a contratada deverá oferecer, no mínimo, 01 (um) estabelecimento.

e) G O Plano ou Seguro a ser contratado tem ABRANGÊNCIA NACIONAL COM ATENDIMENTO ELETIVO FORA DO DOMICILIO e uma maior utilização no estado de Mato Grosso do Sul, que deverá ter como área geográfica de abrangência mínima dos serviços discriminados neste Termo, de acordo com a classificação estabelecida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), abarcando os Municípios da Sede em Campo Grande e as Delegacias em Corumbá, Dourados e Três Lagoas.

6. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA:

6.1. Os prazos indicados a implantação integral dos serviços e rede não poderão ultrapassar 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, incluindo todos os sistemas, credenciamento de prestadores de serviços, fornecimento de cartões e demais providências necessárias à execução do objeto.

6.2. O prazo para o cadastro dos usuários não poderá ser superior a 72 (setenta e duas) horas, contadas do envio da solicitação pelo CRO-MS.

6.3. O prazo para atendimento e soluções de problemas e assistência técnica não poderá superar 5 (cinco) dias, contados da solicitação à Licitante Contratada.

7. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E REAJUSTES:

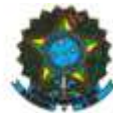
7.1. O contrato de prestação de serviços terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério do CRO-MS e de acordo com a legislação em vigor.

7.2. Os preços poderão ser reajustados, após 12 (doze) meses, contados a partir da data do início da prestação dos serviços.

7.3. O reajuste, tanto financeiro quanto por sinistralidade, será aplicado a partir de 12 meses da data de apresentação da proposta.

7.4. Reajuste Financeiro: de acordo com a variação dos custos médicos e hospitalares (VCMH).

7.5. Reajuste por sinistralidade: com a revisão da taxa de sinistralidade, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.



7.6. O índice de sinistralidade, para efeito da revisão da contraprestação pecuniária, será sempre o resultado da divisão do total da Despesa Assistencial verificada no período de apuração pelo total da Contraprestação Pecuniária Líquida cobrada durante o mesmo período.

7.7. Sempre que o índice de sinistralidade verificada estiver acima de 70% (setenta por cento), as contraprestações pecuniárias serão recalculadas, na forma acima estabelecida, por índice apurado pela seguinte fórmula:

$$Cr = Cv.Iv / 0,70$$

Onde:

Cr = Contraprestação Pecuniária Reajustada

Cv = Contraprestação Pecuniária Vigente

Iv = Índice de Sinistralidade Verificada

7.8. O valor da mensalidade será modificado, caso ocorra mudança de faixa etária do Beneficiário (Titular e dependentes), de acordo com os preços praticados na nova faixa etária alcançada, e será cobrado no mês seguinte ao aniversário do beneficiário.

8. DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Regime de execução: empreitada por preço unitário;

8.2. Adjudicação: por menor preço global anual;

9. DO PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado mediante emissão de nota de empenho. As notas fiscais/faturas devem ser recebidas por este órgão com antecedência de 05 (cinco) dias para a data pretendida de pagamento.

9.1.1. Relativamente aos beneficiários INATIVOS e seus dependentes, a Licitante Contratada deverá realizar a cobrança individualizada diretamente ao beneficiário, inclusive no que diz respeito aos valores (boleto bancário), elaboração, emissão, envio, cobrança e providências necessárias quanto às inadimplências, se for o caso.

9.2. Os pagamentos efetuados pelo CRO-MS sofrerão a incidência da Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, que prevê retenções sobre os pagamentos



para fins de recolhimento de Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP.

9.3. Os pagamentos sofrerão também incidência da Lei Complementar 59/2003, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, que prevê retenções sobre os pagamentos para fins de recolhimento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

9.4. Caso a empresa seja optante pelo Simples, esta deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, declaração conforme modelo contido na Normativa nº 1234/2012, ANEXO IV deste Edital.

9.5. Todos os pagamentos referentes a este processo licitatório serão efetuados por meio da dotação orçamentária 6.2.2.1.1.01.04.01.002 – PLANO DE SAÚDE, com fonte: PRÓPRIA.

10. DA FISCALIZAÇÃO:

10.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada, nos termos do disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, pela superintendência do CRO-MS, ou por preposto expressamente indicado, podendo ser substituído, conforme conveniência e oportunidade da Administração.

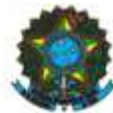
10.2. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo do CRO-MS, não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade da Administração ou dos seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional apuradas na forma da legislação vigente.

11. DAS PENALIDADES:

11.1. Pela inexecução total ou parcial do pactuado no contrato, a CONTRATADA, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta as quais tenha concorrido a CONTRATADA;

b) multa moratória: caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo ajustado, ou em caso de atraso na execução de qualquer dos serviços objeto do contrato,



e demais condições avençadas, ou ainda no caso de atraso de qualquer obrigação contratual ou legal, estando sujeita a multa de mora de 0,5% sobre o valor global da contratação por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias. Sendo que após o 10º (décimo) dia de atraso, os serviços poderão, a critério da CONTRATANTE, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do Contrato, com as consequências previstas em lei, neste documento e no ato convocatório;

c) multa compensatória: uma vez iniciada a execução dos serviços, a sua prestação de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, acarretará a aplicação de multa de 0,5% sobre o valor global da contratação por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada sua aplicação até o máximo 10 (dez) dias. Após o 10º (décimo) dia de irregularidade, o Contrato poderá, a critério da CONTRATANTE, ser rescindido, configurando-se a inexecução parcial do Contrato, com as consequências previstas em lei, neste documento e no ato convocatório.

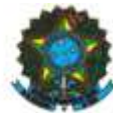
d) suspensão temporária: do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos; e

e) declaração de inidoneidade: para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra anterior;

11.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" do cáput poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b" ou "c", facultada a defesa prévia da CONTRATADA no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme § 2º do art. 87, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações legais.

11.3. A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes multas:

a) pela recusa injustificada em assinar o contrato e/ou retirar a Nota de Empenho, a não ser por motivo de força maior, reconhecido pela Administração, multa de 5% (cinco por cento), sobre o valor total da contratação, recolhida no prazo máximo de 08 (oito) dias corridos, contados da comunicação oficial;

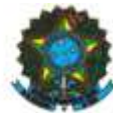


b) pela rescisão deste Contrato por iniciativa da CONTRATADA, sem justa causa, 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração.

11.4. As sanções previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.5. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada perante o Sistema por igual período, sem prejuízo das multas previstas no presente contrato e das demais cominações legais.

11.6. Nenhuma sanção será aplicada sem a observância do contraditório e da ampla defesa.



ANEXO II – DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PARENTESCO

(EMPRESA LICITANTE)
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº 28/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019
ASSUNTO: DECLARAÇÕES

(Nome da Empresa), por seu representante legal, Sr. (a) (nome representante), inscrito no CPF sob nº XXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXX, vem, por meio desta, declarar que não possui sócio (s) ou diretor (es) que mantenha (m) parentesco em linha reta ou até o terceiro grau em linha colateral, com servidor (es), Presidente, Vice-Presidente (s), Diretor (es) e Conselheiro (s) do CRO-MS.

Atenciosamente,

Local e data

Assinatura do Responsável

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO XI DO ART. 4º (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da IN RFB nº 1.244/2012).

Ilmo. Sr. Presidente,

Neste ato representando o CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL.

A (Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA ao CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável

Obs: Sr. Fornecedor: esta declaração deverá ser emitida em um papel timbrado da empresa, sendo carimbada com o CNPJ da empresa e devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

ANEXO IV – MODELO DA PROPOSTA

Pregão Eletrônico nº 01/2019: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, URGÊNCIAS, AMBULATORIAL, LABORATORIAL (EXAMES) E HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA, FISIOTERÁPICA, PSICOLÓGICA E FARMACÊUTICA NA INTERNAÇÃO, ACOMODAÇÃO EM ENFERMARIA, SEM COPARTICIPAÇÃO, ATRAVÉS DE PLANO OU SEGURO DE SAÚDE COM ABRANGÊNCIA NACIONAL COM ATENDIMENTO ELETIVO FORA DO DOMICÍLIO, AOS EMPREGADOS DO CRO-MS, ATIVOS, QUE PODERÃO ADERIR OU NÃO, BEM COMO SEUS RESPECTIVOS DEPENDENTES, QUE PODERÃO ADERIR OU NÃO, NO ÂMBITO E CONDIÇÕES DE COBERTURA ESTABELECIDAS.**

Empresa:	
CNPJ:	
Contato:	
Telefone:	
Banco:	
Faixas etárias	Valor unitário mensal enfermaria
0-18	
19-23	
24-28	
29-33	
34-38	
39-43	
44-48	
49-53	
54-58	
59+	
TOTAL	

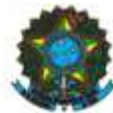


ITEM	OBJETO	Valor Total Anual Estimado (R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, URGÊNCIAS, AMBULATORIAL, LABORATORIAL (EXAMES) E HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA, FISIOTERÁPICA, PSICOLÓGICA E FARMACÊUTICA NA INTERNAÇÃO, ACOMODAÇÃO EM ENFERMARIA, SEM COPARTICIPAÇÃO, ATRAVÉS DE PLANO OU SEGURO DE SAÚDE COM ABRANGÊNCIA NACIONAL COM ATENDIMENTO ELETIVO FORA DO DOMICILIO, AOS EMPREGADOS DO CRO-MS, ATIVOS , QUE PODERÃO ADERIR OU NÃO, BEM COMO SEUS RESPECTIVOS DEPENDENTES, QUE PODERÃO ADERIR OU NÃO, NO ÂMBITO E CONDIÇÕES DE COBERTURA ESTABELECIDAS.	R\$ 86.791,68

O preço cotado inclui todos os custos e despesas inerentes aos serviços objeto deste Edital, tais como: taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas, seguros, que possam influir direta ou indiretamente no custo, e os produtos ofertados estão em conformidade com os requisitos descritos no Termo de Referência.

Local e Data

Assinatura do Responsável



ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

Contrato celebrado entre o CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, com sede, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 1812 – Jardim Veraneio – CEP. 79037-100 na cidade de Campo Grande/MS, inscrito no CNPJ sob nº 03.965.407/0001-41, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente Sr. José Wilson Capdeville Bastos, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, CPF nº _____ resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com a Lei nº 10.520/02, Decreto n. 5.450/05 e subsidiariamente a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, especialmente as Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, que regem a matéria, conforme Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019, Processo de Compras nº 28/2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de assistência médica, urgências, ambulatorial, laboratorial (exames) e hospitalar com obstetrícia, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, acomodação em enfermaria, sem coparticipação, através de plano ou seguro de saúde com abrangência nacional com atendimento eletivo fora do domicílio, aos empregados do CRO-MS, ativos, que poderão aderir ou não, bem como seus respectivos dependentes, que poderão aderir ou não, no âmbito e condições de cobertura estabelecidas.

1.2. DA QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO OBJETO: ITEM 03 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. Após a entrega e termo de recebimento do objeto, o pagamento será efetuado mediante emissão de nota de empenho, com vencimento no dia 10 do mês. As notas fiscais/faturas devem ser recebidas por este órgão com antecedência de 05 (cinco) dias para a data pretendida de pagamento.

2.1.1. Relativamente aos beneficiários INATIVOS e seus dependentes, a Licitante Contratada deverá realizar a cobrança individualizada diretamente ao beneficiário,

**RUA DESEMBARGADOR LEÃO NETO DO CARMO, 1812 – B. JD VERANEIO – PQ. DOS PODERES
CEP 79037-100 – CAMPO GRANDE-MS TEL/FAX: (67) 3321-0149**

Site: www.croms.org.br/ e-mail: croms@croms.org.br

inclusive no que diz respeito aos valores (boleto bancário), elaboração, emissão, envio, cobrança e providências necessárias quanto às inadimplências, se for o caso.

2.2. Os pagamentos sofrerão a incidência da Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, que prevê retenções sobre os pagamentos para fins de recolhimento de Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP.

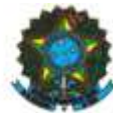
2.3. Os pagamentos sofrerão também incidência da Lei Complementar 59/2003, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, que prevê retenções sobre os pagamentos para fins de recolhimento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

2.4. Caso a empresa seja optante pelo Simples, esta deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, declaração conforme modelo contido na Normativa nº 1234/2012, ANEXO IV deste Edital.

2.5. Pela execução dos serviços contratados, o Contratante pagará à Contratada os seguintes valores, de acordo com a proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº 01/2019:

Faixas Etárias	Qtde. de Beneficiários	Valor Unitário	Valor total mensal	Valor total anual
0-18				
19-23				
24-28				
29-33				
34-38				
39-43				
44-48				
49-53				
54-58				
59+				
TOTAL				

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:



3.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada, nos termos do disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, pela superintendência do CRO-MS, ou por preposto expressamente indicado, podendo ser substituído, conforme conveniência e oportunidade da Administração.

3.2. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo do CRO-MS, não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade da Administração ou dos seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional apuradas na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES:

4.1. Pela inexecução total ou parcial do pactuado no contrato, a CONTRATADA, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta as quais tenha concorrido a CONTRATADA;

b) multa moratória: caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo ajustado, ou em caso de atraso na execução de qualquer dos serviços objeto do contrato, e demais condições avençadas, ou ainda no caso de atraso de qualquer obrigação contratual ou legal, estando sujeita a multa de mora de 0,5% sobre o valor global da contratação por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias. Sendo que após o 10º (décimo) dia de atraso, os serviços poderão, a critério da CONTRATANTE, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do Contrato, com as consequências previstas em lei, neste documento e no ato convocatório;

c) multa compensatória: uma vez iniciada a execução dos serviços, a sua prestação de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, acarretará a aplicação de multa de 0,5% sobre o valor global da contratação por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada sua aplicação até o máximo 10 (dez) dias. Após o 10º (décimo) dia de irregularidade, o Contrato poderá, a critério da CONTRATANTE, ser rescindido, configurando-se a inexecução parcial do Contrato, com as consequências previstas em lei, neste documento e no ato convocatório.

d) suspensão temporária: do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos; e

RUA DESEMBARGADOR LEÃO NETO DO CARMO, 1812 – B. JD VERANEIO – PQ. DOS PODERES

CEP 79037-100 – CAMPO GRANDE-MS TEL/FAX: (67) 3321-0149

Site: www.croms.org.br/ e-mail: croms@croms.org.br

e) declaração de inidoneidade: para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra anterior;

4.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" do caput poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b" ou "c", facultada a defesa prévia da CONTRATADA no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme § 2º do art. 87, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações legais.

4.3. A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes multas:

a) pela recusa injustificada em assinar o contrato e/ou retirar a Nota de Empenho, a não ser por motivo de força maior, reconhecido pela Administração, multa de 5% (cinco por cento), sobre o valor total da contratação, recolhida no prazo máximo de 08 (oito) dias corridos, contados da comunicação oficial;

b) pela rescisão deste Contrato por iniciativa da CONTRATADA, sem justa causa, 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração.

4.4. As sanções previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

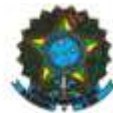
4.5. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada perante o Sistema por igual período, sem prejuízo das multas previstas no presente contrato e das demais cominações legais.

4.6. Nenhuma sanção será aplicada sem a observância do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO:

5.1. A rescisão contratual poderá ser efetivada nos termos da Lei, na hipótese de descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações contratuais, com as consequências legais e instrumentais.

5.2. Constituirá também, motivo de rescisão, os elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.



CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA:

6.1. O contrato de prestação de serviços terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério do CRO-MS e de acordo com a legislação em vigor.

6.2. Os preços poderão ser reajustados, após 12 (doze) meses, contados a partir da data do início da prestação dos serviços.

6.3. O reajuste, tanto financeiro quanto por sinistralidade, será aplicado a partir de 12 meses da data de apresentação da proposta.

6.4. Reajuste Financeiro: de acordo com a variação dos custos médicos e hospitalares (VCMH).

6.5. Reajuste por sinistralidade: com a revisão da taxa de sinistralidade, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.6. O índice de sinistralidade, para efeito da revisão da contraprestação pecuniária, será sempre o resultado da divisão do total da Despesa Assistencial verificada no período de apuração pelo total da Contraprestação Pecuniária Líquida cobrada durante o mesmo período.

6.7. Sempre que o índice de sinistralidade verificada estiver acima de 70% (setenta por cento), as contraprestações pecuniárias serão recalculadas, na forma acima estabelecida, por índice apurado pela seguinte fórmula:

$$Cr = Cv \times Iv / 0,70$$

Onde:

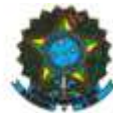
Cr = Contraprestação Pecuniária Reajustada

Cv = Contraprestação Pecuniária Vigente

Iv = Índice de Sinistralidade Verificada

6.8. O valor da mensalidade será modificado, caso ocorra mudança de faixa etária do Beneficiário (Titular e dependentes), de acordo com os preços praticados na nova faixa etária alcançada, e será cobrado no mês seguinte ao aniversário do beneficiário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECECIMENTO DO OBJETO:



7.1. Executados os serviços e estando os mesmos de acordo com o previsto no edital de licitação, na proposta, nas cláusulas contratuais e, ainda, observada a legislação em vigor, serão recebidos pela contratante mediante atestado do responsável.

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. Todos os pagamentos referentes a este processo licitatório serão efetuados por meio da dotação orçamentária 6.2.2.1.1.01.04.01.002 – PLANO DE SAÚDE, com FONTE: PRÓPRIA.

CLÁUSULA NONA – DAS MULTAS:

9.1. As multas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INTEGRALIDADE:

10.1. O Edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante deste instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campo Grande – MS, para dirimir as questões originadas neste Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Campo Grande – MS, ____ de _____ de 2019.

**CONSELHO REGIONAL DE
ODONTOLOGIA DE MATO GROSSO
DO SUL**
José Wilson Capdeville Bastos
Presidente
CONTRATANTE

(Empresa)
(Nome Representante)
Representante
CONTRATADA